

São Paulo DATA MERCANTIL

R\$ 2,50

Sexta-feira, 10 de março de 2023

Edição N° 749

datamercantil.com.br

Mudanças no IR trazem perda de receita e elevam desigualdade

As principais alternativas em estudo para mudanças na tabela do Imposto de Renda devem impor perdas de arrecadação ao governo federal. Sem mecanismos de mitigação, elas também podem aumentar a desigualdade de renda no país.

Trabalho do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), da Universidade de São Paulo, considerou as três principais hipóteses recentemente discutidas para o IR e seus efeitos sobre a arrecadação e o índice Gini --medida de desigualdade de 0 a 1; em que quanto mais perto de 1, mais desigual.

A proposta atual do governo de aumentar a faixa de isenção para R\$ 2.112,00

mensais, sendo permitida dedução simplificada de R\$ 568,00 (o que equivaleria a uma faixa até dois salários mínimos), levaria a perda de receitas de R\$ 4 bilhões.

Se a opção fosse corrigir a tabela pela inflação acumulada, aumentando a faixa de isenção para R\$ 2.773,36, a perda saltaria a R\$ 45,9 bilhões.

Na campanha eleitoral, o presidente Lula havia prometido isentar do IR rendimentos até R\$ 5.000, e há projeto de lei do Congresso (PL 2.140/22) que eleva a faixa de isenção para R\$ 5.200. Neste caso, a perda de arrecadação passaria a R\$ 90 bilhões.

Nas três hipóteses haveria aumento do índice de Gini, pois os declarantes de IR no país normalmente são mais ri-

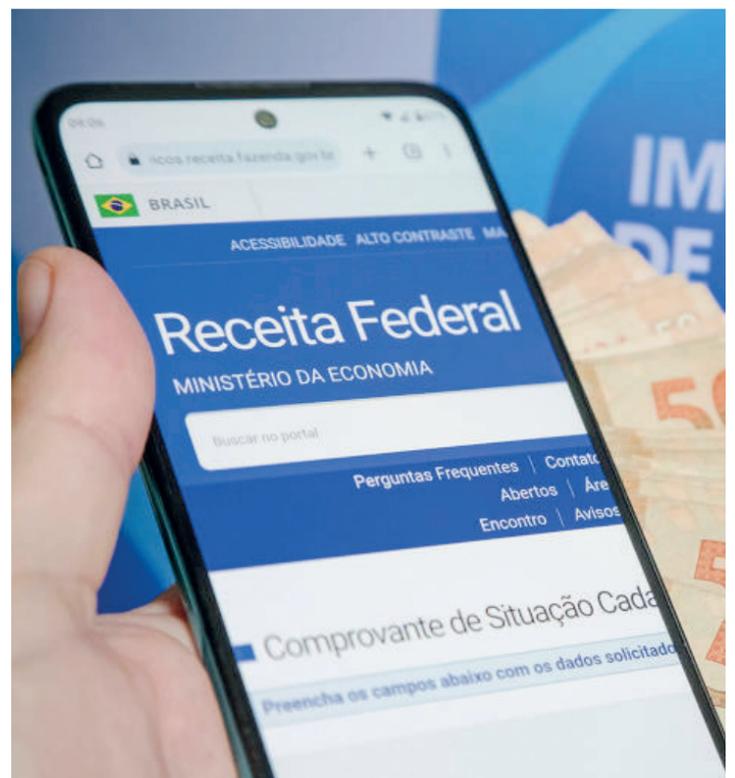
cos --no Brasil, cerca de 40% dos ocupados são informais. Assim, qualquer aumento na faixa de isenção acaba beneficiando os mais ricos.

Na declaração deste ano, tendo como ano-base 2022, rendimentos até R\$ 1.903,98 estão isentos.

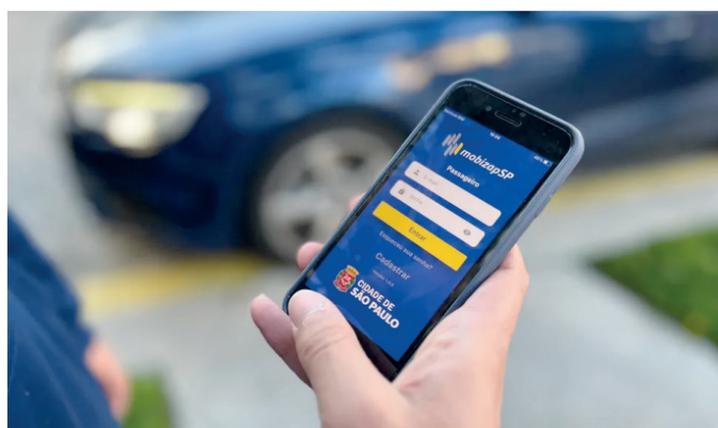
Como exercício para mitigar os efeitos da perda de arrecadação e do aumento da desigualdade, o Made simulou hipóteses em que a Receita Federal adotaria uma alíquota de 35% incidente sobre o 1% mais rico no país e outra de 15% sobre lucros e dividendos da pessoa física.

Aplicadas às duas primeiras propostas, as alíquotas produziram aumento de arrecadação de R\$ 42 bilhões e R\$ 102,9 milhões, respectivamente.

Fernando Canzian/Folhapress



Economia



Prefeitura de SP lança app para concorrer com Uber e 99, com 90% da tarifa para o motorista

Página - 03

Postos, montadoras e transportadoras pedem revisão de programa do biodiesel Página - 03



Soja impulsiona em 20,6% a produção de grãos na safra 2022/23

Página - 05

Setor de fertilizantes do Brasil vai investir R\$21 bi na indústria nacional em 4 anos Página - 05



Política

Tebet diz que nova regra fiscal garante investimentos e vai agradar ao mercado

Página - 04

Dilma se reúne com ministros dos Brics em processo para assumir presidência de banco

Página - 04

No Mundo

Rússia faz um dos maiores ataques aéreos da Guerra da Ucrânia



A Rússia de Vladimir Putin fez na madrugada da quinta (9) um dos maiores ataques aéreos desde que invadiu a Ucrânia, em 24 de fevereiro do ano passado. Ao menos 81 mísseis, 6 deles modelos hipersônicos de última geração, e drones foram lançados sobre 13 das 24 regiões do país.

“Foi uma noite muito difícil”, disse em redes sociais o presidente Volodimir Zelenski. Ao menos 11 pessoas morreram, 5 delas na cidade de Lviv, principal centro no extremo oeste do país e usualmente poupada de assaltos mais severos.

O Ministério da Defesa da Rússia disse em nota que

o ataque foi “uma resposta aos atos terroristas organizados por Kiev em Briansk”, em referência ao nebuloso incidente em que um suposto grupo de russos pró-Ucrânia invadiu duas vilas nessa região russa na fronteira dos dois países no dia 2, trocando tiros com forças policiais.

Na prática, foi a retomada da campanha de Putin contra a infraestrutura energética ucraniana, já que os alvos eram majoritariamente estações de distribuição de eletricidade e centrais. Ela começou após o ataque de Kiev que danificou a ponte que liga a Rússia continental à Crimeia, anexada da Ucrânia em 2014, e seu mais recente grande ataque

havia ocorrido há um mês.

Houve blecautes em todas as regiões, inclusive na área da maior usina nuclear da Europa, em Zaporíjia (sul do país). “Esta é a sexta vez, deixe-me dizer de novo, a sexta vez que ela perde toda sua energia externa e precisa operar em modo de emergência”, afirmou em reunião o diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica, o argentino Rafael Grossi. A eletricidade foi reconectada depois. Segundo publicou no Telegram Vitali Klitchko, o prefeito de Kiev, 40% da capital está sem aquecimento no momento do ataque, a temperatura rodeava os 0°C, tendo subido ao longo do dia.

Igor Gielow/Folhapress

Colapso de mina de potássio na Espanha deixa 3 mortos, incluindo 2 estudantes

Três pessoas morreram na quinta-feira (9) após o colapso de parte de uma mina de potássio no nordeste da Espanha. As mortes foram confirmadas pelo sindicato catalão de trabalhadores.

As vítimas foram identificadas como um geólogo e dois estudantes de mestrado da Universidade Politécnica da Catalunha. Segundo os bombeiros, o trio fazia a revisão de uma máquina instalada na mina quando rochas se desprenderam e os atingiram.

O desabamento de terra ocorreu a cerca de 900 metros de profundidade do solo, pouco antes das 9h do horário local (5h do horário de Brasília), de acordo com

os bombeiros. Unidades especializadas foram enviadas para tentar resgatar os indivíduos soterrados, e serviços de emergência compostos por uma equipe médica e por psicólogos compareceram ao local em dois helicópteros.

Antes da confirmação das mortes, o chefe do departamento do Interior do governo regional, Joan Ignasi Elena, havia afirmado que os demais funcionários do local foram evacuados.

A mina fica em Súria, a cerca de 80 quilômetros ao norte de Barcelona. Operada pela ICL Iberia, filial espanhola do grupo israelense ICL, é uma das maiores jazidas de potássio da Europa Ocidental.

Folhapress



Grupo terrorista mata ao menos 36 na República Democrática do Congo



Militantes de um grupo radical muçulmano mataram dezenas de pessoas em um ataque no nordeste da República Democrática do Congo na noite de quarta-feira (8). A ação ocorreu nas vilas de Mukondi e Mause, duas comunidades do território de Beni.

O ataque foi atribuído às Forças Aliadas Democráticas (ADF), grupo armado de origem ugandense, que conduz assaltos frequentes no leste do país.

Na manhã desta quinta-feira (9), representantes do Exército afirmaram que pelo menos 36 pessoas foram as-

sassinadas e mencionaram feridos.

“A aldeia de Mukondi foi completamente queimada”, disseram.

Já Arsene Mumbere, líder da sociedade local, disse à agência de notícias AFP que o saldo provisório é de 38 mortos em Mukondi e oito na vila de Mause, acrescentando que os agressores entraram nas aldeias “sem fazer barulho” e mataram a maioria das vítimas com “armas brancas”. Crianças, mulheres e idosos estão entre as vítimas.

Anthony Mualushayi, porta-voz do Exército congolês, disse que o ataque da ADF foi feito em retaliação

a uma operação oficial que deteve mais de 22 militantes do grupo e fechou estabelecimentos que supostamente forneciam produtos químicos para a fabricação de bombas.

A ADF foi criada na Uganda e se expandiu para o leste do Congo durante a década de 1990. Apenas em 2020, segundo a ONU, a organização teria sido responsável pela morte de mais de 850 pessoas.

O governo do Congo chegou a declarar estado de sítio nas províncias de Kivu e na vizinha Iuri em 2021, mas as atividades rebeldes não demonstraram sinais de diminuir.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

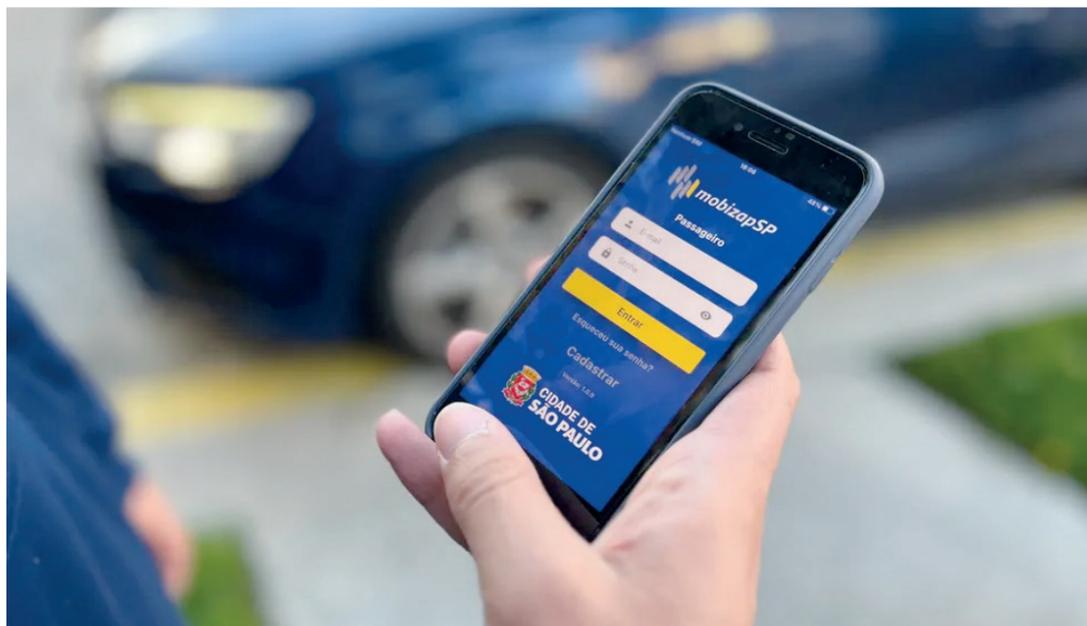
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Prefeitura de SP lança app para concorrer com Uber e 99, com 90% da tarifa para o motorista



A Prefeitura de São Paulo anunciou na quinta-feira (9) a criação de um aplicativo de corrida público e municipal com motoristas autônomos, com a intenção de concorrer com Uber e 99. O MobizapSP já está disponível nas lojas virtuais para celulares que usam sistemas Google e Apple, mas ainda não há previsão de quando será possível realizar as viagens.

Será necessário aguardar que a plataforma tenha um número mínimo de 10 mil a 12 mil motoristas para entrar em funcionamento, segundo a gestão municipal.

Esta é a segunda vez em cinco anos que a prefeitura paulistana lança um aplicativo

próprio para transporte individual. Em 2018, o então prefeito João Doria anunciou o SPTáxi, que ainda existe mas não teve a adesão esperada.

Agora, a promessa da gestão Ricardo Nunes (MDB) é de que o MobizapSP ofereça uma remuneração maior aos motoristas autônomos em relação às maiores empresas do ramo. A taxa de administração cobrada para operar a plataforma é de 10,95%, ou seja, o motorista deve receber 89,05% do valor pago pelo passageiro.

Em aplicativos particulares, a taxa de administração varia entre 40% e 60%, de acordo com o tipo de corrida e a empresa.

Já a tarifa por quilômetro

rodado e tempo de viagem deve ser semelhante às que são cobradas pelas empresas na maior parte do dia, segundo a prefeitura. Não haverá tarifa dinâmica, portanto o passageiro pode pagar menos do que a média em horários de pico.

Apesar de ter alardeado o foco na segurança de motoristas e passageiros, instalando um “botão do pânico” no app, não há previsão para que usuários sejam penalizados, suspensos ou banidos se houver uma situação de perigo durante as corridas.

O MobizapSP também não tem taxa de cancelamento e não há definição de uma taxa mínima de remuneração dos motoristas.

Tulio Kruse/Folhapress

Juros altos devem diminuir abertura de vagas neste ano, dizem analistas

Em um cenário de juros altos, o mercado de trabalho deve engatar em um processo de desaceleração ao longo de 2023, disseram analistas.

A expectativa deriva de projeções de baixo crescimento do PIB que, embora tenha avançado 2,9% ao longo de 2022, recuou 0,2% no último trimestre do ano, segundo informou o IBGE no início de março. “Ao olhar o resultado do PIB no quarto trimestre, já dá para entender de onde o pessimismo vem. Os juros altos já começaram a incidir sobre a economia, embora o ‘pacote eleitoral’, com estímulos fiscais e de consumo no ano passado, tenha ajudado a reduzir o impacto nos dados”, afirma Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador sênior da área de Economia Aplicada do FGV-Ibre.

De acordo com o especialista, os efeitos da taxa Selic, em trajetória ascendente desde março de 2021 e estacionada em 13,75% ao ano

desde agosto do ano passado, demoram a aparecer na atividade do país. É por isso que, agora, o impacto começa a ressoar com mais força.

“Eles ainda não estão impactando com todo o potencial, mas estarão. A Selic alta como ferramenta de controle da inflação tem o ônus de desacelerar a economia, e isso influencia diretamente na geração de empregos.”

Fazendo um retrospecto dos últimos anos, o especialista analisa que 2023 terá uma natureza diferente. Enquanto 2021 apresentou uma recuperação “job-less”, ou seja, de PIB alto e desemprego alto, 2022 foi “PIB-less”, com mercado de trabalho aquecido e economia desacelerando.

“Para 2023, acredito que será pouco PIB e pouco emprego. O mercado de trabalho deve desaquecer, e é bem possível que acabemos o ano com um desemprego maior do que o de 2022. Na verdade, ninguém projeta uma taxa menor.”

CNN



Postos, montadoras e transportadoras pedem revisão de programa do biodiesel



Em uma tentativa de barrar pressão de produtores por aumento na mistura de biodiesel ao diesel de petróleo, associações que representam os setores de combustíveis, transportes e montadoras divulgaram na quinta-feira (9) carta conjunta pedindo rediscussão da lei que incentiva o uso do biocombustível.

A mistura de biodiesel no diesel vendido nos postos foi reduzida a 10% pelo governo Jair Bolsonaro em 2021 para tentar conter a alta do preço do combustível nos postos. Pelo cronograma original do programa, este ano deveria estar em 15%.

Os produtores têm se movimentado em Brasília para tentar retomar o cronograma

original e já conseguiram declarações de apoio do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro. Nas últimas semanas, a disputa ganhou tons de embate com acusações mútuas entre os dois lados.

A carta conjunta divulgada na quinta acusa o agronegócio de se aproveitar da demanda por práticas sustentáveis para “lucrar mais” com a venda de um produto que, segundo eles, tem provocado problemas em bombas de combustíveis e motores, tanto de caminhões quanto de geradores. O texto é assinado por nove entidades, que representam importadores, distribuidores e postos de combustíveis, fabricantes de veículos e máquinas e equipamentos, e associações que

reúnem empresários do transporte de cargas. “Não há mais tempo para ‘achismos’ (qual é a mistura ambientalmente mais viável, afinal?). Nem é momento, diante de tantas dificuldades já enfrentadas, de o país se curvar aos interesses econômicos de um setor que, sob o falso pretexto socioambiental, só quer lucrar mais”, afirmam.

As associações dizem que a rota tecnológica usada na produção de biodiesel no país, chamada de esterificação, tem gerado problemas como a criação de uma borra que danifica peças automotivas, bombas de abastecimento, geradores de hospitais, máquinas agrícolas e motores estacionários.

Nicola Pamplona/Folhapress

Política

Tebet diz que nova regra fiscal garante investimentos e vai agradar ao mercado



A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), afirmou na quinta-feira (9) que a nova regra fiscal desenhada pelo governo Lula da Silva é responsável, garante recursos para investimentos e vai agradar a todos, inclusive ao mercado. “É um arcabouço fiscal responsável, preocupado com a responsabilidade fiscal, com déficit primário, com a estabilização da dívida/PIB, mas atendendo a um pedido justo do presidente da República, porque assim quer a democracia brasileira, de que temos de ter recursos para os investimentos necessários para fazer o Brasil voltar a crescer”, afirmou.

O desenho do novo arcabouço fiscal foi discutido por Tebet com o ministro da

Fazenda, Fernando Haddad (PT), em reunião na sede da pasta econômica. Também participaram do encontro, do lado do Planejamento, o secretário-executivo Gustavo Guimarães e Paulo Bijos, secretário de Orçamento Federal.

“Do lado orçamentário e fiscal, saímos muito satisfeitos. Agora é questão de colocar os números no papel”, disse. O próximo passo para tirar a proposta do papel será Haddad apresentar o texto a Lula. A previsão é que isso aconteça na próxima semana.

Sem dar detalhes do novo modelo, a ministra diz que a proposta atende “aos dois lados”, pois engloba tanto a preocupação em zerar o déficit fiscal do Brasil, estimado em cerca de R\$ 230 bilhões neste ano, e em estabilizar a dívida/PIB - que atingiu 73,1% em

janeiro, segundo dados do Banco Central - quanto a demanda de Lula por recursos para investimentos.

“Não podemos descuidar dos investimentos necessários para o Brasil voltar a crescer”, enfatizou.

O novo arcabouço fiscal a ser proposto pelo governo é um dos temas mais aguardados pelos economistas da iniciativa privada, por interferir de forma direta nas expectativas em torno da trajetória para as contas públicas ao longo dos próximos anos.

No último dia 2, Haddad já havia declarado que o anúncio da nova regra fiscal foi antecipado para março para que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias seja encaminhado ao Congresso Nacional já com base na nova regra fiscal.

Nathalia Garcia/Folhapress

Cotas raciais no serviço público devem se espelhar em modelo de universidades

A lei de cotas que reduziu a desigualdade racial no ensino superior é espelho para a lei da entrada no serviço público federal, que revelou pouco avanço até agora e pode ser extinta em junho de 2024, na avaliação de pesquisadores e analistas do tema.

A progressão percentual e uma maior abrangência são citadas como exemplos para elevar a eficácia da norma que reserva a candidatos negros 20% das vagas oferecidas em concursos federais, sejam de fundações, empresas públicas ou autarquias.

Por ser ação afirmativa, a lei, que entrou em vigor em junho 2014, chega ao final após dez anos de sua promulgação. Existem movimentações no Senado para que esse prazo seja prorrogado ou até mesmo que uma nova lei entre em vigor.

O governo Lula também discute a manutenção de cotas para a entrada no serviço público, com uma lei mais abrangente.

“Nosso símbolo de políticas de cotas que deu certo é a política de cotas das universidades. Ela mostra com muita clareza que deu certo. Nas instituições públicas já temos 56% de negros e negras, quando antes das cotas ficava em 20% e olhe lá”, diz o senador Paulo Paim (PT), autor do projeto de lei que propõe uma nova vigência para a lei de cotas para a entrada no serviço público.

A lei de cotas para as universidades federais, citada por Paim, foi sancionada em 2012 com prazo de dez anos para a reavaliação. Isso deveria ter ocorrido no ano passado, mas a discussão está parada na Câmara. Porém, ela não perdeu sua validade, mesmo com o fim da vigência.

No início, a lei estabelecia que as instituições começassem com a reserva de 25% das vagas para alunos de escola pública, negros, indígenas e pessoas de baixa renda. Em quatro anos, houve progressão para que ela chegasse aos 50%.

Emerson Vicente/Folhapress



Dilma se reúne com ministros dos Brics em processo para assumir presidência de banco



A ex-presidente Dilma Rousseff (PT) fez reuniões virtuais com ministros de Finanças dos países dos Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). As sabatinas com as autoridades estrangeiras fazem parte do processo de nomeação da ex-mandatária para a presidência do NDB (Novo Banco de Desenvolvimento), instituição financeira criada pelo grupo.

Os ministros de Finanças e pastas equivalentes dos Brics entre eles o brasileiro Fernando Haddad (Fazenda) fazem parte do Conselho de Governadores do NDB, a mais alta instância decisória do banco e colegiado responsável pela designação

do presidente da instituição.

Ao assumir a presidência do NDB, Dilma deverá receber um salário superior a US\$ 50 mil mensais (equivalente a R\$ 257 mil), de acordo com pessoas com conhecimento das negociações. O NDB é presidido de forma rotativa pelos países dos Brics, e o mandato do Brasil vai até 2025. A expectativa de integrantes do governo brasileiro é que Dilma possa concluir os ritos formais até o fim de março, quando ela deve acompanhar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em uma viagem oficial à China.

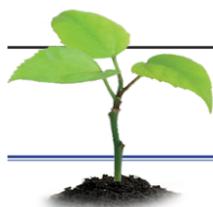
A equipe da ex-presidente confirmou à reportagem que a rodada de reuniões, realizadas por videoconferência, foi concluída na terça-feira (7).

Na semana passada, ela havia conversado com os ministros das Finanças da China, Liu Kun, e da Rússia, Anton Siluanov. Nas conversas, Dilma fez uma apresentação em que expôs sua visão sobre o papel do banco e os desafios da instituição nos próximos anos.

Além dos países fundadores do banco os integrantes dos Brics, o NDB também tem como sócios os governos de Bangladesh e Emirados Árabes Unidos, que se incorporaram recentemente ao órgão.

A designação de Dilma para o comando da instituição que financia projetos de infraestrutura nos países dos Brics envolve uma operação para retirar da entidade o atual presidente, Marcos Troyjo.

Bruno Boghosian/Folhapress



Soja impulsiona em 20,6% a produção de grãos na safra 2022/23



A produção nacional de grãos na safra 2022/23 pode alcançar 309,9 milhões de toneladas. Quase metade desse volume vem das lavouras de soja, representando uma colheita em torno de 151,4 milhões de toneladas. Os dados são do 6º Levantamento da Safra de Grãos, divulgado na quinta-feira (9) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Segundo a Conab, esse volume, se confirmado, representa um aumento de 20,6% acima ao registrado no período anterior, o que indica uma recuperação na produtividade das lavouras, que foram atingidas pelas condições climáticas adversas no período de 2021/22.

“A atual estimativa de produção da oleaginosa cresce se comparada com o ciclo passado, mas representa uma variação negativa de 1% em relação ao último anúncio da Conab devido à intensificação, em fevereiro, dos danos causados pela estiagem no Rio Grande do Sul. No entanto, essas perdas foram compensadas, em parte, pelos ganhos observados em Tocantins, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul”, disse o presidente da companhia, Guilherme Ribeiro.

A Conab informa ainda que a colheita avança em todas as regiões produtoras, com percentuais abaixo na comparação com a safra 2021/22. O ritmo mais lento é explicado por causas específicas, entre

elas, o excesso de chuvas, que dificulta o tráfego de máquinas nas lavouras e as precipitações durante a colheita.

O levantamento ressalta que, em algumas áreas, o plantio da soja foi realizado de forma tardia, como em determinados locais produtores de Goiás e do Mato-piba (área que engloba os estados de Mato Grosso, do Tocantins, Piauí e da Bahia), enquanto que em outras regiões foi registrada ocorrência de temperatura mais baixa, o que trouxe impacto no desenvolvimento do grão, alongando o ciclo da cultura.

Esse atraso traz impactos na semeadura do milho 2ª safra, que já tem semeada 63,6% da área prevista para a cultura em todo o país. **ABR**

Setor de fertilizantes do Brasil vai investir R\$21 bi na indústria nacional em 4 anos



A indústria de fertilizantes do Brasil pretende investir 21 bilhões de reais nos próximos quatro anos em projetos nacionais, no intuito de alavancar a produção de matérias-primas do país e reduzir a atual dependência externa, disse nesta quinta-feira o sindicato do setor Sinprifert em nota.

“Diante dos acontecimentos do cenário econômico internacional, onde a guerra entre Rússia e Ucrânia evidenciou a fragilidade e imprevisibilidade do nosso abastecimento interno, o Brasil fez seu dever de casa e agora tem plenas condições para viabilizar uma produção nacional forte e estruturada”, disse no comunicado o dire-

IBGE reduz em 1,3% previsão de safra para este ano

O IIBGE divulgou quinta (9) uma nova previsão para a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas para este ano. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado em fevereiro deste ano, estimou produção de 298 milhões de toneladas este ano.

A previsão é 1,3% menor (ou 3,9 milhões de toneladas a menos) do que aquela estimada na pesquisa anterior, de janeiro. A redução deve-se principalmente à estiagem provocada pela La Niña, no Rio Grande do Sul, terceiro maior produtor de grãos do país, de acordo com o IBGE.

Apesar disso, a safra deste ano deve ser 13,3% superior (34,9 milhões de toneladas a mais) à observada no ano passado.

O recuo de janeiro para fevereiro deve-se principalmente à redução das previsões nas safras de soja (-1,7% em rela-

ção a janeiro), arroz (-2,5%), milho 1ª safra (-2,5%) e milho 2ª safra (-0,4%).

Mesmo com os ajustes na previsão, esperam-se aumentos, em relação a 2022, nas safras de soja (21,3%), milho (10,2%) e algodão herbáceo (1,4%). “A safra [de 298 milhões de toneladas] é recorde na série histórica do IBGE. As produções de soja e de milho também são recorde na série histórica”, afirma o pesquisador do instituto, Carlos Barradas.

Por outro lado, são esperadas quedas nas safras de lavouras como o arroz (-6%) e o trigo (-13,8%).

Em relação à área colhida, o IBGE estima crescimentos, em relação ao ano passado, nos cultivos de soja (4,8%), milho (4,1%) e algodão herbáceo (1,2%). São esperadas quedas nas áreas a serem colhidas nas lavouras de arroz (-5,8%) e de trigo (-2,8%).

Vitor Abdala/ABR



tor-executivo do Sinprifert, Bernardo Silva.

A Rússia e Belarus são os principais fornecedores de fertilizantes do Brasil, além de países como China, que vêm estabelecendo restrições aos abastecimentos externos, afirmou o sindicato.

Com isso, Silva disse que “as empresas estão investindo e apostando na reindustrialização do setor”, “desde que a estabilidade institucional se mantenha e que o Brasil continue com uma visão de longo prazo”.

Em março de 2022, foi lançado o Plano Nacional de Fertilizantes, estratégia de Estado para minimizar a subordinação do agro nacional ao fornecimento externo de insumos, com foco nos prin-

cipais elos da cadeia: mineração, química, infraestrutura, agricultura, inovação e sustentabilidade ambiental. O objetivo do plano é diminuir a dependência externa para 50% até 2050. O Brasil, importante produtor e fornecedor agrícola global, importa em média 85% de sua necessidade de adubos. Segundo a entidade, este patamar de compras externas chegou a 90% em 2021.

Segundo o sindicato, a redução na dependência internacional se dará por meio da implantação de novas fábricas, expansão de investimentos para outras regiões do país, aumento da capacidade produtiva total e reativação de plantas.

Notícias Agrícolas

Publicidade Legal

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>

A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado



Prefeitura de SP não tem plano de gerenciamento de risco para chuvas apesar de exigência em lei

A cidade de São Paulo não possui um plano de gerenciamento de riscos para lidar com possíveis tragédias geradas pela crise climática.

A criação de um documento para orientar o poder público e ajudar na prevenção em casos de tempestades, deslizamentos e enchentes é uma exigência do Plano Diretor, sancionado em 2014. Apesar disso, ele nunca foi colocado de pé.

A atual temporada de chuvas, que começou em novembro e vai até abril, já deixou seis pessoas mortas na cidade. A última dessas vítimas foi a idosa Nayade Pereira Capelano, 88, encontrada morta no seu carro durante um alagamento em Moema, na zona sul, nesta quarta (8).

Para o geólogo Fernando Rocha Nogueira, especialista em gestão de risco, o plano é fundamental e deve ser atualizado com frequência em meio às mudanças climáticas. O documento, segundo ele, estabelecerá prioridades de investimento.

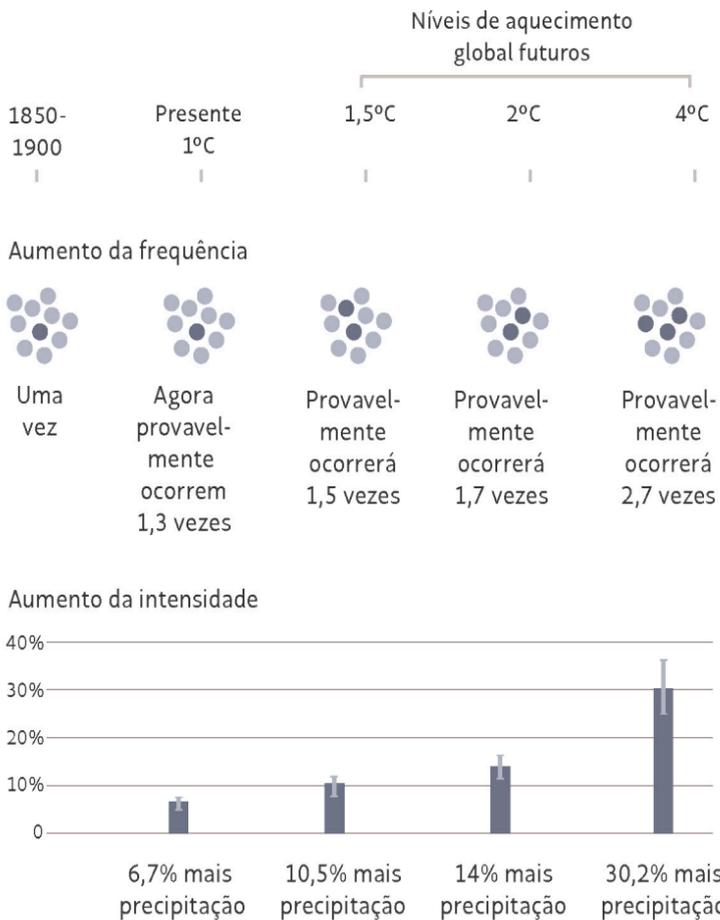
“É preciso superar a visão de grandes obras e investir na melhoria da infraestrutura do ambiente urbano. Não adianta, por exemplo optar, sempre, pela remoção, porque o preço da [compra] de terra está muito cara”, afirma ele, que é coordenador do Laboratório de Gestão de Riscos da Universidade Federal do ABC.

São Paulo reúne hoje 181.889 moradias construídas em áreas de risco de deslizamentos e solapamentos de margens de córregos, segundo dados oficiais. São 480 áreas em toda a cidade sob monitoramento da Defesa Civil, diz a prefeitura.

Segundo o Plano Diretor, caberia à prefeitura criar um Plano Municipal de Gerenciamento de Riscos. Ele deveria reunir informações como a localização das áreas de riscos e de inundação, deslizamentos e solapamento, a quantidade de famílias que moram nesses locais e apresentar propostas para regularização urbanística, jurídica e ambiental dos loteamentos irregulares.

IPCC aponta que chuvas no Brasil já estão mais fortes e intensas

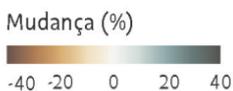
Aumento da frequência e da intensidade de eventos que aconteciam em média uma vez a cada dez anos em um clima sem influência humana



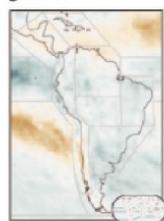
Crise climática desregula regime de chuvas e secas no país

Amazônia e Nordeste podem ter secas mais prolongadas, enquanto Centro-Sul deve sofrer com chuvas mais intensas nas próximas décadas

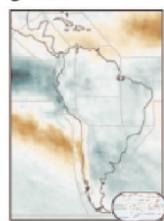
Chuva máxima em até 5 dias



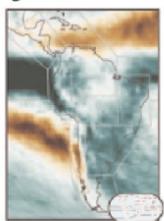
1,5°C aquecimento global



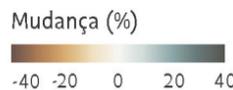
2°C aquecimento global



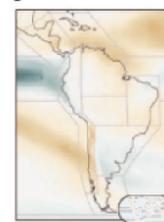
4°C aquecimento global



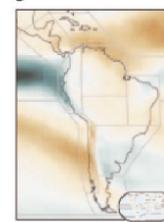
Chuva total anual



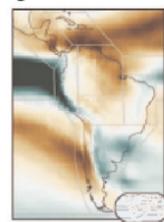
1,5°C aquecimento global



2°C aquecimento global



4°C aquecimento global



Folhapress

Fonte: IPCC

KWP Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 34.408.838/0001-30 - NIRE 35.235.596.662

Instrumento Particular de 7ª Alteração do Contrato Social

Brasília/Kaduna Consultoria e Participações Ltda., com sede social em São Paulo/SP, representada por seu representante legal, contrato social arquivado na JUCESP/NIRE 35.223.943.500, CNPJ/ME nº 11.460.317/0001-27, representada por, Sr. **Rodrigo Pinheiro da Fonseca**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em São Paulo/SP, "Kaduna"; **PM Consultoria e Participações Ltda.**, com sede em Brasília/DF, contrato social arquivado na Junta Comercial DF/NIRE nº 53.201.937.453 em 01/04/2014, CNPJ/ME nº 20.020.235/0001-52, representada por, Sr. **Luiz Piauhyllino de Mello Monteiro Filho**, brasileiro, casado, advogado, OAB/PE nº 14.779 - D, residente e domiciliado em São Paulo/SP, "PM"; **Alexandre de Mendonça Wald**, brasileiro, divorciado, advogado, OAB/RJ nº 57.808 e OAB/SP nº 107.872-A, com endereço comercial em São Paulo/SP "Alexandre"; **Arnoldo Wald Filho**, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 57.789 e OAB/SP nº 111.491-A, com endereço comercial em São Paulo/SP, "Arnoldo"; **Raul Loeb Wald**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado em São Paulo/SP "Raul"; na qualidade de únicos sócios da **KWP Participações Ltda.**, CNPJ/ME nº 34.408.838/0001-30, ato arquivado na JUCESP/NIRE 35235596662, com sede em São Paulo/SP ("Sociedade"). **Deliberações aprovadas:** 1. **Transformação do tipo societário:** 1.1. A transformação do tipo societário da Sociedade, que passará a ser uma sociedade por ações de capital fechado, **KWP Participações S.A.** 1.2. Em razão da transformação do tipo societário ora aprovada, as quotas atualmente detidas pelos sócios serão recolhidas à Sociedade, ficando automaticamente extintas e o capital social passará a ser representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalizando o montante de 38.149.232,00 ações, conforme Boleim de Subscrição, as quais serão atribuídas aos acionistas na mesma proporção de suas respectivas participações no capital social da Sociedade. 2. **Eleição da Diretoria:** 2.1. Foram eleitos: **Alexandre de Mendonça Wald**, acima qualificado, **Luiz Piauhyllino de Mello Monteiro Filho**, acima qualificado, e **Roberto Giannetti da Fonseca**, brasileiro, divorciado, economista, residente e domiciliado em São Paulo/SP. 2.2. Todos os Diretores ora eleitos permanecerão nos respectivos cargos até a AGO da Sociedade. 2.3. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. 2.4. A remuneração global anual da Diretoria de até R\$ 1.000,00 no exercício de 2022. 3. **Aprovação do Estatuto Social:** 3.1. A nova redação do Estatuto Social da Sociedade. 3.2. Os acionistas que os Diretores adotem todas as formalidades remanescentes para registro da transformação da Sociedade perante os órgãos competentes. Nada mais. São Paulo, 25/04/2022. JUCESP/NIRE nº 3530059294-8. JUCESP nº 265.400/22-3 em 25/05/22. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social. Artigo 1º.** A Sociedade denomina-se **KWP Participações S.A.**, constituindo-se em uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social, Acordo de Acionistas e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 878, 4º andar, Sala A, Edifício Platinum Tower, Vila Olímpia, CEP 04548-003, São Paulo, SP, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto social a participação, como acionista ou quotista, em outras sociedades. **Artigo 4º.** A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 38.149.232,00, dividido em 38.149.232,00 ações, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas, sendo: (i) 33.149.232 ações já integralizadas em bens e moeda corrente nacional, e (ii) 5.000.000 de ações a serem integralizadas em moeda corrente nacional ou títulos até 01/05/2022. **§1º.** Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações sociais. **§2º.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º.** A Assembleia Geral será presidida por acionista ou Diretor eleito no ato, que convidará, dentre os Diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **§2º.** As deliberações das AGO, ressalvadas as exceções previstas em Lei e neste Estatuto Social (§3º deste Artigo 6º e Artigo 18), serão tomadas por acionistas representando no mínimo 50% do capital social, não computando-se os votos em branco. **§3º.** As seguintes matérias dependem de aprovação de acionistas representando mais de 90% do capital social: (i) alteração do objeto social da Sociedade; (ii) dissolução, término ou liquidação da Sociedade ou descontinuação das operações da Sociedade; (iii) autorização à administração da Sociedade para apresentar qualquer pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial ou início de um processo de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial envolvendo a Sociedade. **Capítulo IV. Administração. Artigo 7º.** A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria. **§1º.** A Assembleia fixará a remuneração dos administradores. **Artigo 8º.** A Diretoria é composta por 3 membros, sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 2 anos, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos Diretores eleitos. **§1º.** Os Diretores ficam dispensados de prestar caução. **§2º.** A investidura dos Diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Artigo 9º.** No caso de impedimento ocasional de um Diretor, suas funções serão exercidas pelo outro Diretor. **Artigo 10.** Caberá aos Diretores ou ao(s) procurador(es) por eles nomeado(s), a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, dispondo, para tanto, de todos os poderes necessários para (a) a representação da Sociedade em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais; (b) a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais; e (c) a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade. **Artigo 11.** Qualquer documento que obrigue a Sociedade ou que isente quaisquer terceiros de responsabilidades perante a Sociedade deverá ser assinado (a) por 2 Diretores agindo em conjunto; (b) por 1 Diretor sem designação específica agindo em conjunto com um procurador, de acordo com os limites estabelecidos na sua procuração; ou (c) por 2 procuradores agindo em conjunto, de acordo com os limites estabelecidos nas suas procurações. **§Único.** As procurações deverão ser outorgadas por 2 Diretores agindo em conjunto e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade determinado. **Artigo 12.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos praticados por seus Diretores ou quaisquer dos seus procuradores, empregados ou funcionários, que a envolverem em quaisquer obrigações ou responsabilidades relativas a negócios e/ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 13.** A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **§Único.** Os membros do Conselho fiscal, quando em funcionamento, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI. Disposições Gerais. Artigo 14.** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo 15.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo 16.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 17.** A distribuição de lucros da Sociedade deverá ocorrer sempre de forma proporcional à participação societária de cada acionista na Sociedade, que distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **§Único.** A Sociedade distribuirá dividendos, em relação a lucros apurados no último exercício social findo ou em exercícios anteriores, tendo como política a distribuição da totalidade do lucro apurado, remanescente na Sociedade apenas a parcela do lucro destinada a reservas específicas, se houver, e a quantia necessária à manutenção dos seus ativos e despesas correntes. **Artigo 18.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando mais de 90% do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá o(s) liquidante(s) e fixará a sua remuneração. **Artigo 19.** A cessão, transferência ou qualquer forma de alienação de ações somente poderá ocorrer se observadas as disposições constantes do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Sociedade, ressalvado o disposto no Artigo 20 abaixo. **Artigo 20.** Qualquer acionista pode livremente transferir, vender, ceder (inclusive seus direitos de subscrição), doar, ou realizar qualquer operação de transferência de todas ou quaisquer de suas ações, uma ou mais vezes, a (i) sociedade controlada pelo acionista, (ii) controladora do acionista, (iii) afiliada do acionista, (iv) fundo de investimento registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM em que qualquer acionista ou grupo de acionistas detenha em conjunto, no mínimo, 50% das quotas do respectivo fundo, ou, ainda, (v) familiares até terceiro grau (no caso de acionista pessoa física) ou (vi) outro acionista (qualquer tal cessionário, um "Cessionário Permitido" e a transferência uma "Transferência Permitida"). **§Único.** As Transferências Permitidas podem ser diretamente registradas nos livros da Sociedade, independentemente de qualquer consentimento ou outra formalidade. **Artigo 21.** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo/SP, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Estatuto Social, seja nas relações entre os sócios ou entre estes e a Sociedade. **Artigo 22.** Todas as ações da Sociedade estão vinculadas e sujeitas às disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Sociedade. Visto do Advogado: **Leonardo Giollo Gibertoni OAB/SP nº 385.437.**

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Moinho Água Branca S/A					
CNPJ/MF nº 61.157.723/0001-93					
Relatório da Diretoria					
Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das Notas Explicativas.					
São Paulo, 10 de março de 2023					
A Diretoria					
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais, centavos eliminados)					
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	68.138	337.019	Fornecedores	8.500	8.500
Aplicações Financeiras	481.954	606.455	Impostos a Recolher	14.216	85.666
Adiantamentos Diversos	500	500	Provisão Imp. Renda/Contr. Social	11.857	118.913
Impostos a Recuperar	3.122	1.009	Salários e Encargos	6.184	8.024
Total do ativo circulante	553.714	944.983	Total do passivo circulante	40.757	221.103
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Financiamentos	7.411.890	7.411.890
Outras Contas	10.024.922	8.676.547	Provisão p/ Contingências	444.720	444.720
Permanente			Total do passivo não circulante	7.856.610	7.856.610
Investimentos	568.076	568.076	Patrimônio líquido		
Provisão p/ Perdas	(511.312)	(511.312)	Capital Social	30.391.880	30.391.880
	56.764	56.764	Ágio na Subscr. Capital	14.500.000	14.500.000
Imobilizado – custo	15.461.189	15.461.189	Reservas de Reavaliação	5.619.126	5.619.126
(4) Depreciação	(9.725.472)	(9.725.472)	Prejuízos Acumulados	(42.037.255)	(43.174.707)
	5.735.718	5.735.718	Total do patrimônio líquido	8.473.751	7.336.300
Total do permanente	5.792.482	5.792.482	Total do passivo e patrimônio líquido	16.371.118	15.414.012
Total do não circulante	15.817.404	14.469.029			
Total do ativo	16.371.118	15.414.012			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021					
	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ágio na Subscrição de Capital	Totais
Saldo em 31.12.2020	30.391.880	5.619.126	(44.654.447)	14.500.000	5.856.558
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	1.479.741	-	1.479.741
Saldo em 31.12.2021	30.391.880	5.619.126	(43.174.706)	14.500.000	7.336.300
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	1.137.452	-	1.137.452
Saldo em 31.12.2022	30.391.880	5.619.126	(42.037.255)	14.500.000	8.473.751
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2022					
<p>1. Contexto Operacional – A Empresa tem como atividade preponderante o aluguel de imóveis e de suas marcas. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. Principais Práticas Contábeis – a) Caixa e equivalentes de caixa: incluem depósitos bancários a vista b) Apuração do Resultado: As Receitas e Despesas são reconhecidas pelo regime de competência c) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada, os quais estão totalmente depreciados. d) Imposto de Renda e Contribuição Social: Estão calculados levando em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o Imposto de Renda foi calculada a alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima dos limites específicos. A provisão para a Contribuição Social foi calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável antes do Imposto de Renda, ajustado conforme legislação específica. e) Patrimônio Líquido – Capital Social: O Capital Social em 31/12/2022 é de R\$ 30.391.880,00 e está representado por 11.358.208,682 ações ordinárias e 22.716.417,357 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.</p>					
Ivan Soldan Salema Diretor			Norimar Prevedello Tec. Contabilidade CRC 1SP 264.311/0-0		

DÓLAR
 compra/venda
 Câmbio livre BC -
 R\$ 5,1347 / R\$ 5,1353 **
 Câmbio livre mercado -
 R\$ 5,1380 / R\$ 5,1400 *
 Turismo - R\$ 5,2600 /
 R\$ 5,3470
 (*) cotação média do
 mercado
 (**) cotação do Banco
 Central
 Variação do câmbio livre
 mercado
 no dia: -0,01%

OURO BM&F
 R\$ 297,00

BOLSAS
 B3 (Ibovespa)
 Variação: -1,38%
 Pontos: 105.071
 Volume financeiro:
 R\$ 26,753 bilhões
 Maiores altas: Azul PN
 (18,95%), CVC Brasil ON
 (13,62), Gol PN (10,69%)
 Maiores baixas: Hapvi-
 da ON (-28,94%), CSN
 ON (-5,05%), PETZ ON
 (-0,64%)
 S&P 500 (Nova York):
 -1,85%

Dow Jones (Nova York):
 -1,66%
 Nasdaq (Nova York):
 -2,05%
 CAC 40 (Paris): -0,12%
 Dax 30 (Frankfurt):
 0,01%
 Financial 100 (Londres):
 -0,63%
 Nikkei 225 (Tóquio):
 0,63%
 Hang Seng (Hong Kong):
 -0,63%
 Shanghai Composite
 (Xangai): -0,22%
 CSI 300 (Xangai e
 Shenzhen): -0,35%
 Merval (Buenos Aires):
 -1,34%
 IPC (México): 0,06%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
 IPCA/IBGE
 Agosto 2022: -0,36%
 Setembro 2022: -0,29%
 Outubro 2022: 0,59%
 Novembro 2022: 0,41%
 Dezembro 2022: 0,62%

Turbi Compartilhamento de Veículos S.A.
 CNPJ/MF nº 26.982.634/0001-80 – NIRE 35.300.500.521
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2023
Data, Hora e Local: Em 24/02/2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Rebouças, 2747, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face à presença de representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** (i) Presidente – Diego Jadão Lira; (ii) Secretário – Guilherme Francisco Marto. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (i) autorizar os representantes legais da Companhia a celebrar o 6º Aditamento à Escritura de Debêntures – 7ª Emissão, por meio do qual será alterada a quantidade de Debêntures 4ª Série, serão emitidas as Debêntures 5ª Série e as Debêntures 6ª Série e serão alterados os critérios de alocação dos direitos de subscrição das Debêntures 4ª Série, das Debêntures 5ª Série e das Debêntures 6ª Série entre os Fundos; (ii) autorizar os representantes legais da Companhia a celebrar (ii.a) o 2º Aditamento ao Bônus de Subscrição; (ii.b) o 4º Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (ii.c) o 4º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária; e (ii.d) o 2º Aditamento ao Contrato de Conta Escrow; (iii) ratificar todos os atos praticados pelos representantes legais da Companhia para permitir a celebração, a formalização e o registro dos documentos mencionados; (iv) autorizar os representantes legais da Companhia a celebrar quaisquer atos que se façam oportunos e/ou necessários em relação a qualquer documento ou ato relacionados à celebração, à formalização e ao registro dos documentos mencionados; (v) renunciar, de forma irrevogável e irretratável aos seus respectivos direitos de preferência na subscrição das debêntures referentes à 7ª Emissão de Debêntures, de acordo com o 6º Aditamento à Escritura de Debêntures – 7ª Emissão; e (vi) renunciar expressamente e reiterar as renúncias feitas, de forma irrevogável e irretratável aos seus respectivos direitos de preferência (i) na subscrição das debêntures simples da 7ª Emissão de Debêntures, conforme aditada; (ii) nos termos do art. 77, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“LSA”), na subscrição do Bônus de Subscrição emitido pela Companhia em 14/06/2022, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, datada de 14/06/2022, outorgado em favor do **ARC Crédito III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados**, como vantagem adicional ao titular das debêntures da 7ª Emissão; e (iii) nos termos do art. 171 da LSA, na subscrição das ações ordinárias e preferenciais classe “A”, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, cujo valor máximo é de R\$ 200.000.000,00, em razão do exercício do Bônus de Subscrição por seu titular, observado o prazo e forma previstos no seu certificado; e (vii) concordar com a omissão das ações de emissão de Diego Jadão Lira e Daniel Aguiar Prado, outorgada no âmbito da Emissão, para os fins do disposto na Cláusula 8.1 do Acordo de Acionistas arquivado em sua sede social. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. São Paulo/SP, 24/02/2023. **Mesa Diretora:** Diego Jadão Lira (Presidente); Guilherme Francisco Marto (Secretário). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 96.602/23-5 em 03/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

ABRAFIPA – Associação Brasileira das Empresas de Filtros, Purificadores, Bebedouros e Equipamentos para Tratamento de Água
 Edital de Convocação
 O Diretor Presidente da ABRAFIPA – Associação Brasileira das Empresas de Filtros, Purificadores, Bebedouros e Equipamentos para Tratamento de Água, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 15-d do Estatuto Social, CONVOCA todos os associados, quites com a tesouraria, para: **Assembleia Geral Extraordinária – AGE**, quando serão tratados os seguintes assuntos: **1)** Aprovação das atividades e contas de 2022; **2)** Aprovação do orçamento para 2023; **3)** Assuntos de interesse geral. Será realizada no dia **30/03/2023, às 08:30hs**, em 1ª convocação e às **09:00hs**, em 2ª convocação com qualquer dos presentes, virtualmente pela plataforma digital ZOOM, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente pelas vias digitais (e-mail, WhatsApp). São Paulo, 08 de março de 2023. **Alexandre Augusto Domingues** – Diretor Presidente.

Aeroglass Brasileira S.A. Fibras de Vidro
 CNPJ/MF nº 61.665.212/0001-82 – NIRE 35.300.057.970
Aviso aos Acionistas
 Comunicamos aos senhores acionistas da **Aeroglass Brasileira S.A. Fibras de Vidro** (“Companhia”) que se encontram à sua disposição, na sede da Companhia, à Rua Balão Mágico, nº 1003, Jardim Rio Cotia, na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, CEP 06715-780, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Cotia/SP, 10 de março de 2023. **Aeroglass Brasileira S.A. Fibras de Vidro, p. Francisco Xavier Lopes** – Diretor.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Juros: na 4ª queda seguida, taxas caem com Treasuries e apostas na Selic



Os juros futuros fecharam a sessão em queda firme, acompanhando o recuo dos yields dos Treasuries e embalados pelo otimismo sobre o arcabouço fiscal que deve ser apresentado nos próximos dias e que, segundo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, “vai agradar a todos, inclusive ao mercado”. Em outra frente, cresceram também as expectativas de que os nomes para ocupar as diretorias de Política Monetária e Fiscalização do Banco Central, que já teriam sido encaminhados ao Planalto para análise do presidente Lula, serão de perfil técnico. Como resultado do rali, cres-

ceram as apostas de queda da Selic em maio e também de orçamento do total de cortes do ciclo.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 fechou em 13,04%, de 13,08% ontem, e a do DI para janeiro de 2025 caiu de 12,40% para 12,23%. O DI para janeiro de 2027 terminou com taxa de 12,56%, de 12,79%, e a do DI para janeiro de 2029 fechou em 12,95%, de 13,24%.

A quinta-feira marcou a quarta sessão seguida de queda das taxas, ainda refletindo a tentativa do mercado de precificar o que deve ser o novo arcabouço fiscal esperado para antes da decisão

do Copom e que, no raciocínio dos agentes, pode abrir caminho para uma flexibilização na política monetária. “A Fazenda está trabalhando para enviar o arcabouço o mais rápido possível e, assim, pressionar o BC por alguma sinalização sobre corte de juros. O mercado antecipa os fatos”, disse a economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack.

Para ela, contudo, ainda é cedo para considerar a queda das taxas como tendência. “Ainda mais que amanhã temos IPCA e relatório do mercado de trabalho nos EUA. Esse movimento pode mudar no encerramento da semana”, complementou.

IstoéDinheiro

Negócios

Indústria de pneus programa férias e levanta alerta de demissões



Fabricantes de pneus programaram férias para março e abril e começam a falar na possibilidade de uma rodada de demissões caso o governo Lula não reverta a medida de Bolsonaro que zerou o imposto de importação do produto em 2021 em meio às ameaças de greve de caminhoneiros.

Com perda de mercado para os pneus de carga importados, o setor planeja expandir as medidas de corte de produção e pessoal. Ainda há, no entanto, uma expectativa de que a próxima reunião da Camex (Câmara de Comércio Exterior) solucione a questão na semana que vem, segundo

Klaus Curt Müller, presidente-executivo da Anip (Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos).

Ele afirma que o novo governo deu sinais de sensibilidade ao tema.

“Nossa visão hoje é que esse governo é muito mais industrializante, sensível a renda e emprego. Queremos mudar esse horizonte rápido porque não queremos reduzir a produção nem desinvestir no Brasil. A nossa expectativa é positiva e esperamos não precisar seguir nessa rota, que é muito ruim para todos nós”, diz Müller.

Márcio Ferreira, presidente do Sintrabor (sindicato

dos borracheiros) afirma que os cortes vêm sendo segurados porque a mão de obra é difícil de treinar, mas que há receio de demissão entre os trabalhadores.

“A nossa esperança é que, com a reunião do dia 16 na Camex, volte a se cobrar a alíquota de importação de 16%, porque está entrando mais pneu importado do que o nacional que tem no Brasil. As empresas já estão programando férias individuais e coletivas. Emendaram a semana do Carnaval para diminuir a produção nas empresas de pneumáticos”, diz Ferreira.

Joana Cunha/Folhapress

Casino vai vender mais R\$ 3 bi em ações do Assaí na primeira oferta do ano

Três meses depois de levantar R\$ 2,67 bilhões com uma oferta secundária no Assaí, o Casino vai buscar capital novamente com a venda de papéis do atacarejo. O grupo francês, que tenta reestruturar o endividado balanço, quer emplacar um follow-on de pouco mais de R\$ 3 bilhões (US\$ 600 milhões), mas se encontrar demanda pode aumentar a fatia. Os bancos BTG Pactual, Bradesco BBI, Itaú BBA e J.P. Morgan vão coordenar a operação.

Será a primeira oferta de ações do ano. Até este início de março, não houve nenhum IPO e nenhum follow-on na B3.

O Casino quer o dinheiro no caixa ainda em março, segundo fontes. O Assaí vale hoje em bolsa R\$ 23,95 bilhões. O Casino detém ainda 30,51%, correspondentes a R\$ 7,3 bilhões – após a oferta, portanto, ficará ainda com pouco mais de 15%.

Na oferta feita no fim de novembro, o Casino desistiu de alocar o hot issue por questões fiscais, esperando o fechamento do exercício anual, disseram fontes. Mas tinha encontrado forte demanda. Mesmo com mercado de ações morno e nenhuma oferta testando apetite, pessoas próximas à companhia avaliam que o follow-on do ano passado sinalizou que há espaço para emplacar “com tranquilidade” essa nova tranche.

Analistas consideram há meses que o Casino terá que fazer sua saída definitiva do Assaí diante de sua reestruturação global. Pelo volume, isso deve acontecer um pouco mais para frente, com uma terceira tranche.

As ações do Assaí fecharam o dia hoje a R\$ 17,75. Na oferta de novembro, estavam num patamar mais elevado e o Casino conseguiu R\$ 19 por papel. Com a operação, o Casino vai diminuir seus assentos no conselho.

Pipeline Valor



GM em São José terá férias coletivas e pausa em demissões até abril



Os metalúrgicos de São José dos Campos (a 90 km de São Paulo) fecharam um acordo com a GM para congelar novas demissões até o dia 19 de abril, quando há previsão de uma nova rodada de negociações.

A data foi definida por ser uma semana depois do fim do período de férias coletivas definido pela montadora. Cerca de 80% da fábrica ficará em casa de 27 de março a 13 de abril.

O anúncio das férias coletivas foi feito na sequência de 34 demissões realizadas na sexta (3). Ao todo, a unidade de São José tem cerca de 4.000 funcionários. Na terça (7), os

operários fizeram uma paralisação em frente à fábrica. No mesmo dia, a montadora chamou o sindicato para conversar. Segundo Weller Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, a GM justificou as demissões e a pausa pela necessidade de readequar a produção. Falhas no abastecimento de componentes como semicondutores ainda têm desregulado o ritmo de produção.

Apesar de o corte ter sido pequeno em relação ao número total de empregados, os metalúrgicos consideraram um indicativo de que mais demissões seriam feitas. Preocupa a entidade o plano

da GM de reestruturar seus negócios para investir mais na produção de elétricos.

Em São José do Campos, a maior parte da produção é dedicada à picape S10; há também a produção de Trailblazer. Em 2021, a S10 teve 35.045 unidades vendidas no Brasil, volume que caiu para 27.128 unidades em 2022. A queda é de 22,6%.

A GM confirma a concessão de férias coletivas e diz que fará um ajuste temporário na produção da S10.

“A empresa assinou o acordo de estabilidade e isso é importante para termos um pequeno fôlego para negociar”, diz Gonçalves, do sindicato.

Fernanda Brigatti/Folhapress